

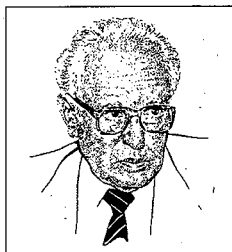
Os empresários e os direitos humanos

Realizou-se recentemente em Tallberg, na Suécia, um encontro entre os executivos de grandes empresas multinacionais das áreas de telecomunicações, energia e negócios (ATT, Asea Brown Boveri, Ericsson, Shell, Statoil e outras), organizações não-governamentais (como a Anistia Internacional) e um pequeno número de grandes consultores internacionais, como Peter Schwartz, e ex-ministros de vários países.

O tema era o que podem fazer os homens de negócios e grandes empresários para melhorar o meio ambiente e o respeito aos direitos humanos nos países em desenvolvimento onde operam.

Esse tipo de preocupação é o que se poderia esperar de intelectuais e religiosos; mas não de homens preocupados com lucros e distribuição de dividendos. Não há dúvida, porém, de que as coisas estão mudando e o interessante é tentar descobrir por que estão mudando.

A resposta convencional a essa pergunta é a de que não é



Consumidor está mais exigente e as empresas precisam preservar sua imagem

bom para os negócios destruir o meio ambiente e o desrespeito aos direitos humanos também prejudica a imagem das empresas e sua capacidade de crescer e prosperar.

Em princípio, isso é verdade, mas até recentemente essa era a menor das preocupações das multinacionais, que desejavam ampliar seus mercados a qualquer custo. Se considerações éticas e religiosas fossem ditar o comportamento das empresas no passado, o uso de escravos, o tráfico de cocaína e a exploração do trabalho de crianças nunca teriam sido tolerados.

A resposta mais frequente que se ouviu na Suécia foi a de que os "consumidores" de hoje são mais exigentes e é deles que se origina a pressão para evitar danos ao meio ambiente. É por isso que "produtos ecológicos" estão inundando os supermercados europeus e americanos. Ao entender melhor seus clientes, os empresários desenvolvem métodos e processos para proteger o meio ambiente, o que, no fundo, é me-

lhor para todos. No caso dos direitos humanos, as coisas não são simples, mas o que ocorreu com o apartheid na África do Sul é interessante. Para evitar a violação dos direitos humanos da população negra, inúmeras empresas e até governos aplicaram sanções tão severas ao governo racista que acabaram por levá-lo a perder o poder. Hoje, a África do Sul é o paraíso dos investidores americanos e europeus.

Nesse caso, não é a intenção de atender aos consumidores a força principal, mas considerações éticas misturadas com a necessidade de preservar a imagem das multinacionais no próprio país de origem. Foi isso que levou a Shell a retirar-se da Nigéria quando a brutalidade do governo nigeriano para proteger os interesses da própria Shell se tornou intolerável.

Muitas grandes empresas – sobretudo as multinacionais – têm adotado "códigos de conduta" voluntários nos países onde operam e foi mencionado na Suécia o fato de que existem dezenas de tais códigos.

A nosso ver, esses desenvolvimentos são interessantes, mas constituem o estágio inicial da "humanização" das empresas multinacionais. O mesmo ocorreu com o movimento ecológico quando ele se iniciou, há cerca de 40 anos.

A "adoção voluntária" de medidas de proteção precedeu a adoção de leis severas para proteger o meio ambiente, mas foram essas leis – adotadas na Inglaterra em 1956 e, logo depois, nos EUA e em outros países – que forçaram todos a segui-las, e não apenas os mais conscientes e dedicados, para quem códigos de conduta bastariam.

Quem pressionou os governos a adotar legislação de proteção ao meio ambiente não foram apenas os consumidores, mas a sociedade como um todo, incluindo organizações não-governamentais, intelectuais, imprensa e líderes religiosos e intelectuais.

É isso que está ocorrendo agora com os novos problemas de mudança do clima, em que apenas "medidas voluntárias" foram adotadas na Conferência do Rio, em 1992. A adoção de medidas obrigatórias para evitar essas mudanças – o que foi feito em Kyoto, em 1997 – é o que vai tornar as ações necessárias mais efetivas.

É isso também o que se espera em relação a medidas que protejam efetivamente os direitos humanos nos muitos países do mundo em que elas não são respeitadas.

■ José Goldemberg foi reitor da USP e secretário do Meio Ambiente do governo federal